

Conjunturas da informalidade: uma revisão sistemática

Settings of informality: a systematic review

DOI:10.34117/bjdv7n8-476

Recebimento dos originais: 19/07/2021

Aceitação para publicação: 19/08/2021

Mariane Freiesleben

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Tocantins, Docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins – IFTO – Campus Paraíso do Tocantins - Brasil
E-mail: mariane@ifto.edu.br

Alex Pizzio da Silva

Doutor em Ciências Sociais pela Universidade do Vale do Rio do Sinos – Unisinos. Coordenador e professor do Programa de Pós-Graduação de Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Tocantins (UFT). Professor da Universidade Federal do Tocantins (UFT) – Campus Palmas – Brasil
E-mail: alexpizzio@gmail.com

RESUMO

Observando as relações que se estabelecem entre o setor informal e a informalidade como também a flexibilização das leis e regras no contexto do trabalho e da economia, faz-se necessário conhecer melhor esta estrutura dentro da literatura. A bibliografia sobre a informalidade é bem vasta, mas até que ponto realmente identificamos esse fenômeno? E a falada precarização, seria um complemento para o entendimento da informalidade ou será ela a nova face da informalidade? Neste sentido, o presente artigo tem como objetivo identificar, inquirir e substanciar como vem sendo tratado os temas setor informal, a informalidade e a precarização, e de que forma são descritas e identificadas na erudição dos últimos anos. Para isso foram consultados quatro portais bibliográficos: o Portal da Google Scholar, o portal da Redalyc.org, o portal Scielo e o periódicos da CAPES/MEC. Ao final, foram identificados os conceitos mais utilizados do setor informal, informalidade e precarização, bem como os cinco autores mais citados como referência para estes fenômenos, como também as metodologias mais utilizadas nos últimos seis anos para esse tipo de produção bibliográfica. A pesquisa limitou-se a uma revisão bibliográfica, fazendo com que não só seus resultados, mas também seu processo de construção, seja útil para uma melhor compreensão da problemática.

Palavras-Chave: Informalidade, Precarização, Revisão Sistemática.

ABSTRACT

Observing the relationships established between the informal sector and informality as well as the flexibility of laws and rules in the context of work and the economy, it is necessary to better understand this structure in the literature. The bibliography on informality is quite extensive, but to what extent do we really identify this phenomenon? And the so-called precariousness, would it be a complement to the understanding of informality or is it the new face of informality? In this sense, this article aims to identify, inquire and substantiate how the themes of the informal sector, informality and

precariousness have been treated, and how they are described and identified in the erudition of recent years. For this, four bibliographic portals were consulted: the Google Scholar Portal, the Redalyc.org portal, the Scielo portal and the CAPES/MEC journals. At the end, the most used concepts of the informal sector, informality and precariousness were identified, as well as the five most cited authors as a reference for these phenomena, as well as the most used methodologies in the last six years for this type of bibliographic production. The research was limited to a bibliographical review, making not only its results, but also its construction process useful for a better understanding of the problem.

Keywords: Informality, Precariousness, Systematic Review.

1 INTRODUÇÃO

Atualmente, o número de produções bibliográficas disponibilizadas tem originado uma necessidade da criação de ferramentas, técnicas e metodológicas específicas, que auxiliem a organização, o tratamento, a disseminação e preservação do conhecimento científico publicado. Assim também, como a intensificação do estabelecimento de padrões de termos de estudo, que identifiquem nessas produções os desafios e as práticas realizadas (SANTA ANNA, 2017).

Tal conduta por parte dos cientistas tem sido utilizada de sobremaneira, nos periódicos científicos, que oferecem várias opções de filtro e seleção, seja por meio da utilização de palavras-chave ou termos inseridos dentro do artigo, que servem de ferramentas de busca aos pesquisadores, principalmente nos periódicos eletrônicos. Ressalta-se a otimização do tempo e custos que essa ferramenta propõe, dentro de um contexto que tem propiciado ampliação da literatura periódica em todas as áreas do conhecimento (SAYÃO, 2010; MIRANDA; CARVALHO, 2014). Isso sem contar que “A adoção do artigo como principal veículo para comunicação científica o torna um importante instrumento para mensurar a produtividade do pesquisador.” (AGUADO-LÓPEZ; ROGEL-SALAZAR; BECERRIL-GARCÍA, 2010).

Essas publicações beneficiam, tanto quem publica como quem acessa o conhecimento registrado. Porém, assim como o crescimento do número de periódicos viabiliza possibilidades, pode também ocasionar problemas, gerando dificuldades ao pesquisador, como por exemplo encontrar periódicos singulares que atendam aos campos específicos de sua pesquisa como também que adotem os rigores científicos e parâmetros direcionados a melhoria constante do seu objeto de pesquisa (SANTA ANNA, 2017).

Pensando na diversidade de informações e na necessidade de classificar essas informações, inferimos que esta explosão bibliográfica dos periódicos potencializa a

responsabilidade de monitoramento e controle das produções, visando um estabelecimento de padrão de qualidade, como também a avaliação dos seus suportes (YAMAMOTO *et al.*, 2002). Dentro deste contexto, é recorrente na literatura estudos que utilizam indicadores para procedimentos de mensuração da produção intelectual, considerando diferentes aspectos e abordagens como estratégias instituídas no sentido de qualificar as publicações (LEITE, 2009; SILVA; MUELLER, 2015).

Toda pesquisa no campo da ciência, tem início na revisão de literatura, e que por meio desta atividade o pesquisador delimita o conhecimento sobre o assunto de interesse e obtêm meios para abordar novos problemas, através de um conhecimento já estabelecido ou explorando novas abordagens para problemas antigos (LOUREIRO *et al.*, 2016). Acredita-se por meio deste trabalho, apresentar um compêndio do conceito de informalidade, e de que forma pode ser utilizado em relação ao mercado ou trabalhador, bem como analisar dentro desses estudos a situação real do contexto da informalidade nos estudos publicados até o momento.

Para esta atividade na secção dois é descrita a metodologia e a estrutura da pesquisa, com a apresentação dos procedimentos utilizados neste trabalho, na secção três são demonstrados os resultados que foram encontrados, seguidos por uma classificação e análise veiculada na secção quatro neste estudo. Finalmente na secção cinco uma síntese evolutiva dos resultados encontrados.

2 METODOLOGIA

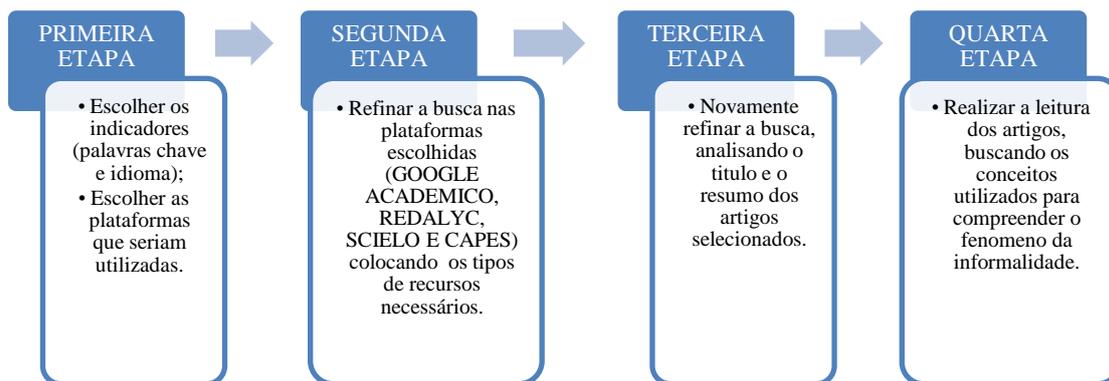
Este trabalho busca identificar os desafios enfrentados para retratar a informalidade, por meio de escritos bibliográficos, utilizando para isso o número de autores por artigo, a metodologia utilizada nos artigos, as bibliografias (autores/autoras) de maior relevância de acordo com o maior número de citação nos artigos, o índice de publicação sobre o tema entre os anos de 2014 a 2019, como também trazer à tona as discussões e principais conclusões sobre o contexto da informalidade.

Os objetivos para o desenvolvimento desta revisão foram identificar, inquirir e substanciar os indicadores utilizados na literatura publicada em forma de artigo científico, sobre a informalidade e ou setor informal e, de que forma é possível compreender o fenômeno da informalidade e ou do setor informal. Pensando nesta caracterização como forma de registro e sistematização de dados e informações em condições de análise, empregou-se neste projeto a pesquisa documental (SEVERINO, 2007).

Entende-se que existem diversos indicadores bibliográficos de periódicos nacionais e internacionais, sob a ótica de bases indexadoras (AVENA; BARBOSA, 2017). Pensando nos fins deste estudo, adotou-se a pesquisa de natureza exploratória, a qual objetiva levantar informações sobre o conceito de informalidade e setor informal, e a partir dele entender o que podemos considerar de fato informalidade, e assim delimitar um campo de trabalho e mapearmos as condições de manifestação deste objeto (SEVERINO, 2007).

A proposta metodológica foi dividida em etapas para dar precisão a pesquisa, na medida que eram encontrados os requisitos selecionados de cada fase, seguia-se para o novo estágio, diminuindo o número de amostras. Na última parte com um número reduzido de artigos, foi realizada a leitura na íntegra. A figura 1 abaixo ilustra a dispersão das etapas realizadas, em diferentes situações.

Figura 1. Proposta metodológica para o desenvolvimento da pesquisa.



Fonte: Elaboração dos autores (2020).

Cumpriu-se este papel, pesquisando as produções bibliográficas no portal de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), fundação do Ministério da Educação (MEC), Portal Scielo – Scientific Electronic Library Online, Portal de Ciências Sociais CLACSO – Redalyc, e no Google Acadêmico, estes foram os escolhidos por serem ferramentas de coleta de informações, realização de análises e avaliações. Além disso, o portal de periódicos da CAPES/MEC serve de base de referência do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG) (CAPES, 2020) e, no caso da SCIELO, por ser o resultado de um projeto de pesquisa que conta com o apoio do CNPq, que prepara, armazena, dissemina e avalia as produções científicas em formato eletrônico (SCIELO, 2020).

Na segunda etapa, foram coletados dados e analisados, fornecendo embasamento teórico sobre a temática contemplada neste estudo (GIL, 2010). Desta forma, para atualizar o estado da arte da produção científica, referente a informalidade e ou setor informal e, acreditando na utilização dos procedimentos sistemáticos, considerou-se as palavras chave: informalidade, precarização, trabalhador e setor informal. As palavras chave foram traduzidas para a língua inglesa e ou espanhola, sempre que possível de forma a atingir um maior número de produções, abrangendo trabalhos em outras línguas.

Como cada plataforma contem suas próprias características de padrão de busca, procuramos nos adaptar da melhor forma, de modo a enquadrar os artigos que realmente abrangessem a totalidade do tema que buscamos compreender. Como último critério de inclusão, na leitura dos títulos e resumos observamos que os artigos deveriam sinalizar, tratar sobre trabalho informal; falar sobre trabalho informal em países ou regiões que estão na América Latina.

Assim no dia 05/02/2020 acessamos a plataforma Google Acadêmico <<https://scholar.google.com.br/?hl=pt>> por meio do tema informalidade e utilizando as palavras de busca: Informalit + precariousness + worker + Informal sector + Street vendors + hawkers (utilizamos os termos em inglês devido a abrangência de captura ser ampla). Na primeira busca tínhamos 1.090 artigos, aplicando o filtro de data da publicação de 2014 – 2019, passamos para 556 artigos, solicitando somente artigos em língua portuguesa, passamos a contar com 03 artigos, e após ler o título e o resumo finalizamos com 02 artigos para leitura total.

No dia 05/05/2020 utilizamos a plataforma REDALYS.ORG <<https://www.redalyc.org/revista.oa?id=298>> buscamos revistas de sociologia, cujo tema fosse informalidade, as palavras utilizadas foram: Informal + precariedad + trabajador + sector informal + Vendedores ambulantes (as palavras estavam em espanhol pois em inglês não aparecia nada), nesta primeira busca obtivemos 543 artigos, colocando o filtro de ano de publicação 2014 – 2019, ficamos com 237, colocando o idioma da escrita espanhol e português, ficamos com 237 artigos, posteriormente aplicamos o filtro de áreas temáticas (**sociology; Multidisciplinares; economia e finanzas**), e passamos para 113 artigos, na sequência solicitamos o filtro de países (dentro dos países disponíveis na plataforma que pertenciam a América Latina): México, Colômbia, Argentina, Brasil, Chile, Venezuela, Costa Rica, Peru, Equador, Uruguai, República Dominicana, Porto Rico, Cuba, ficamos com 103 artigos, finalmente após a leitura dos títulos e resumos passamos a contar com 19 artigos para ler na íntegra.

Em 06/05/2020 passamos a manipular os dados da plataforma SCIELO. ORG < <https://scielo.org/>> primeiramente utilizamos o tema informalidade, e observamos que nesta plataforma utilizar mais de uma palavra a busca ficava muito confusa, devido este pequeno problema utilizamos num primeiro momento a palavra informalit, na primeira busca, obtivemos 385 artigos, colocando os anos de 2014 a 2019 ficamos com 307 artigos, selecionando somente artigos ficamos com 296, selecionando somente artigos das áreas temáticas de economia, ciências sociais, interdisciplinar, sociologia, estudos urbanos, humanidades, multidisciplinar, ciências políticas, geografia, estudo de áreas, negócios, questões sociais, restaram 194, e após a leitura de todos os resumos e títulos separando os artigos cujo tema fosse a informalidade, ficamos com 41 artigos. E posteriormente ainda na plataforma Scielo.Org buscamos artigos com a palavra informal sector, na primeira busca encontramos 414 artigos, separando somente artigos, ficamos com 398, solicitando somente de 2014 a 2019 restaram 261, e quando solicitamos pelas áreas temáticas de economia, ciências sociais, interdisciplinar, sociologia, negócios, finanças, humanidades, multidisciplinar, demografia, ciências, multidisciplinar, geografia, estudo urbanos, questões sociais, restaram 124, na sequencia lemos os títulos e resumos, finalizando com 27 artigos nesta plataforma.

Prosseguindo no dia 07/05/2020 na Plataforma Café < <http://www.periodicos.capes.gov.br/>> com o tema informalidade, e utilizando as palavras: informalit + precariousness + worker + Informal sector + Street vendors + hawkers, não encontramos nada, porém utilizando: informalit + precariousness + worker OR Informal sector, passamos a contar com 2.874 artigos, solicitando somente artigos revisado por pares ficamos com 2.283, colocando o filtro de somente artigos, localizamos 2.207, pedindo somente dos anos de 2014 a 2019, ficaram 737. Ao colocarmos a solicitação de escrita nos idiomas Inglês, espanhol e português, restaram 718, colocando o filtro das áreas temáticas de: sociology e social history, economic development, informal economy, informal sector, encontramos 579 artigos. E após realizarmos a leitura de todos os títulos e resumos finalizamos com 100 artigos para leitura completa. Ao ler cada um dos artigos verificamos algumas incongruências, fato que nos fez descartar alguns artigos, a tabela abaixo demonstra a atividade realizada:

Quadro 1. Resumo inclusão/exclusão de artigos após leitura completa.

ARTIGOS PARA LER	DESCARTADOS	
------------------	-------------	--

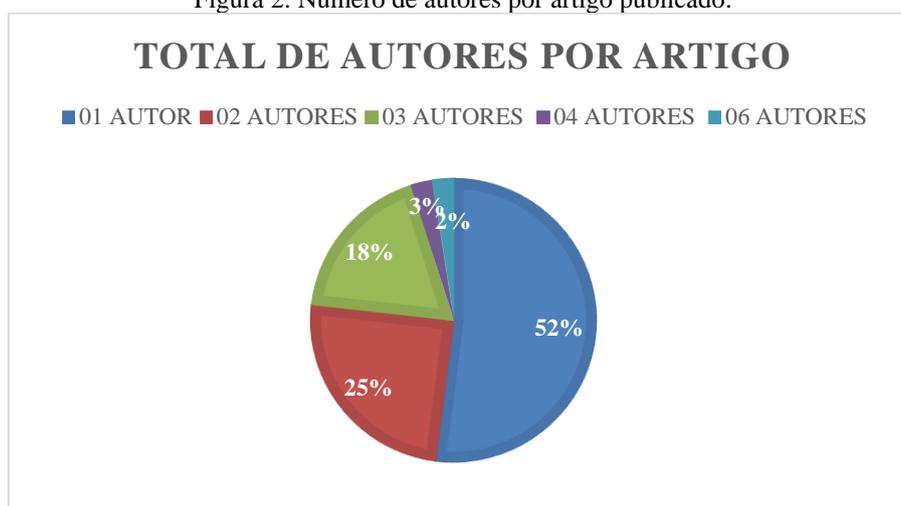
		DUPLICADO	FORA DA AMÉRICA LATINA	FUGA DE PROPOSTA	TOTAL A SER UTILIZADO
GOOGLE ACADEMICO	2				2
REDALYS.ORG	19			7	12
SCIELO.ORG	68	14	6	1	47
CAPES	100	6	20	10	64
TOTAL	189	20	26	18	125

Fonte: Elaboração dos autores (2020).

3 ANÁLISE DOS RESULTADOS ENCONTRADOS

Dos artigos analisados 52% foram escritos por um autor, 25% escritos por 2 autores, 18% por 3 autores, 3% por quatro autores e 2% por 6 autores.

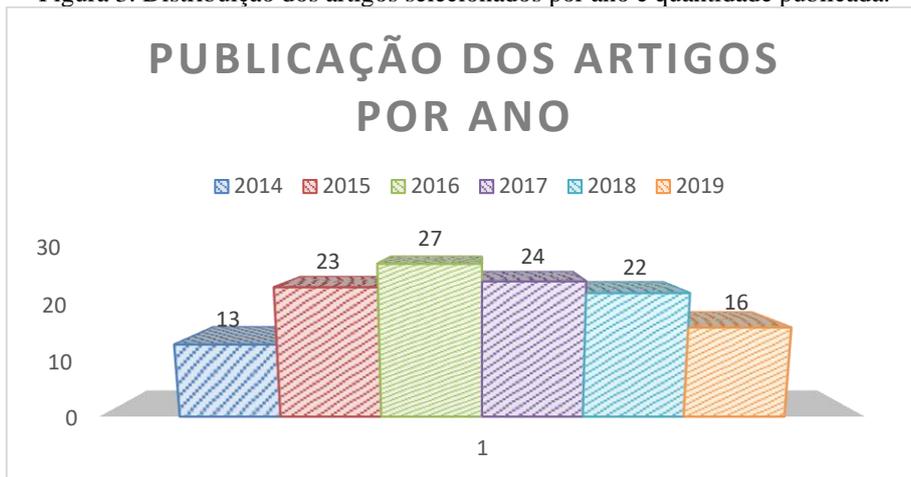
Figura 2. Número de autores por artigo publicado.



Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Em relação a abrangência temporal, verificou-se que dos estudos inclusos 27 foram publicados em 2016, 24 em 2017, 23 em 2015, 22 em 2018, 16 em 2019 e 13 em 2014, ou seja o ápice da produção foi em 2016 e o número até o ano de 2019 vem caindo revelando uma retração da discussão sobre o tema.

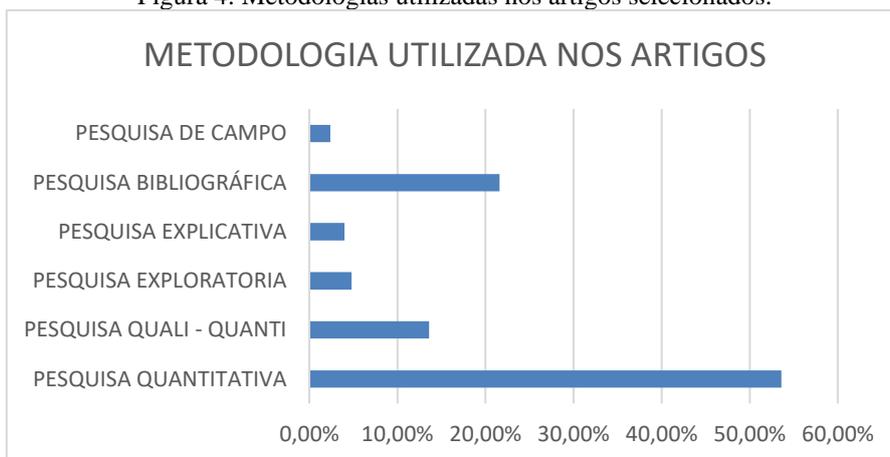
Figura 3. Distribuição dos artigos selecionados por ano e quantidade publicada.



Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Dentre as metodologias utilizada nas pesquisas 53,6% foram pesquisas quantitativas e 21,6% pesquisas bibliográficas, colocando certo destaque para as pesquisas quali-quantitativa 13,6%.

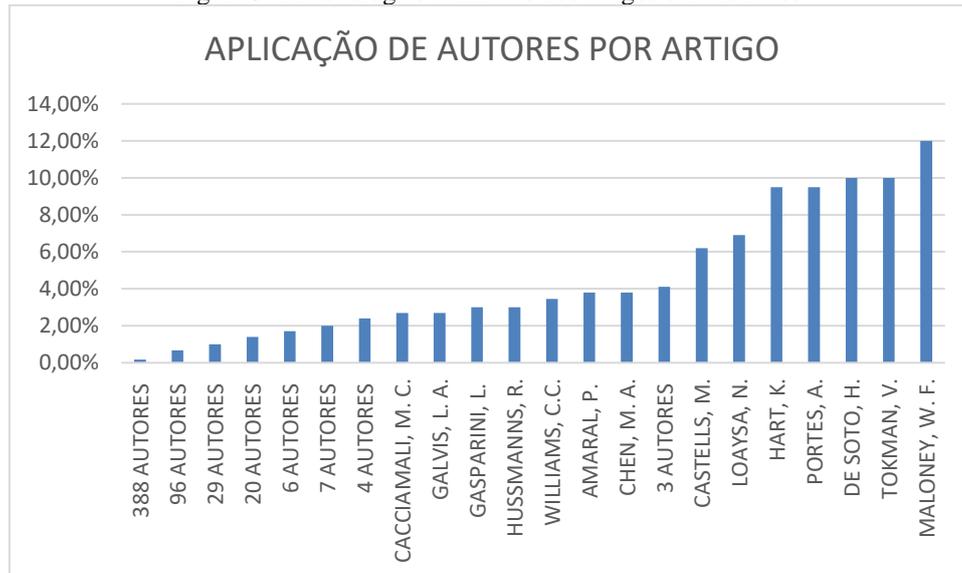
Figura 4. Metodologias utilizadas nos artigos selecionados.



Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Ao longo da leitura dos 125 artigos percebemos que alguns autores que publicavam especificamente sobre o tema da informalidade eram citados em muitos artigos, e outros não. Desta análise 388 autores foram citados em um único artigo, 3 autores foram citados em 4,1% dos artigos analisados, porem autores como Maloney, W.F.; Tokman, V. e De Soto, H. foram encontrados em 10% dos artigos estudados, já Portes, A. e Hart, K. em 9,5% dos artigos, indicado propriedade sobre o assunto para esses autores, deste total iremos analisar a literatura dos cinco autores mais utilizados.

Figura 5. Metodologias utilizadas nos artigos selecionados.



Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Por meio dos resultados da revisão bibliográfica sistemática, foi possível identificar os autores que realizaram uma análise sobre o conceito de informalidade, como também os artigos que não realizavam esta análise, aproveitando também de acordo com os trabalhos analisados para expor os problemas e desafios relacionados ao tema da informalidade, que serão destacados mais abaixo.

Figura 6. Artigos que trabalharam o conceito de informalidade e ou setor informal ao longo dos estudos.



Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Na próxima seção iremos iniciar a compreensão da informalidade de acordo com a análise dos artigos selecionados, para esta atividade iremos utilizar os autores citados como também os artigos selecionados.

4 ESTADO DO SETOR INFORMAL E DA INFORMALIDADE NA LITERATURA

Quando perseguimos, o entendimento sobre o desenvolvimento do fenômeno da informalidade, as pistas da constituição deste tema nos leva a adoção do conceito de forma a ser entendido e por isso retomamos os esforços da Organização Internacional do Trabalho (OIT) no pós-guerra que buscava gerar um entendimento global e operacional sobre o desemprego, para uso no “mundo em desenvolvimento” (BENANAV, 2019). Tais estudos revelaram que Hart, K. citado em 9,5% dos artigos analisados¹, foi o primeiro pesquisador a utilizar o nome informalidade em um trabalho desenvolvido em Gana, onde observou que o país não conseguia absorver toda mão de obra existente, e as pessoas de lá acabavam reinventando uma forma informal de trabalhar, desassistidas pelas Leis e direitos governamentais (CHEN; ROEVER; SKINNER, 2016).

Analisando também os estudos de Chen (2012), citada em 3,8% dos artigos investigados², compreende-se que a autora categorizou o estudo de Hart em quatro escolas do pensamento, baseadas em teorias causais da informalidade. Entre elas temos: a) Escola Dualista que vê o setor informal composto por atividades distintas e não relacionadas ao setor formal, que gera renda aos pobres e uma rede de segurança em tempos de crise, esta escola foi promovida a princípio pela OIT. A segunda b) foi a Escola Estruturalista, que é motivada pelo pensamento estruturalista e utiliza a visão da teoria clássica, humanista e burocrata, considerando a economia informal composta por unidades econômicas e subordinadas de trabalhadores, que servem para reduzir custos de insumos e mão de obra, aumentando a competitividades das grandes empresas capitalistas (CHEN; ROEVER; SKINNER, 2016).

Já a terceira, c) Escola Legalista, defendida por De Soto, autor citado em 10% dos artigos, vê o setor informal como formado por microempreendedores “corajosos” que escolhem operar informalmente, a fim de evitar os custos, tempo e esforço do registro formal, e que precisam de direitos de propriedade para converter seus ativos em ativos legalmente reconhecidos. Concluindo com a d) Escola Voluntária, uma variante da Escola Legalista, que sustenta ser economia informal composta principalmente por empresários independentes, que se propõem a trabalhar informalmente, como uma escolha estratégica e não somente devido aos pesados regulamentos (CHEN; ROEVER; SKINNER, 2016).

¹ Ver figura 5.

² Ver figura 5.

Não sem razão para Williams e Youssef (2015), pois autores como Maloney e De Soto, citados em 12% e 10% respectivamente dos artigos analisados³, que tentam explicar o setor informal baseado na ideologia do empreendedorismo, pois acreditam que os trabalhadores se submeteram a informalidade, por terem sido “excluídos” dos benefícios estatais e dos circuitos da economia moderna, ou porque acreditam ser uma decisão econômica racional baseada em um estilo de vida, passando uma visão empreendedora a questão da informalidade. Passando uma ideia equivocada de associação empreendedora à prática informal, pois de acordo com o estudo entre 22% da literatura utilizada segue essa linha de pensamento.

Embora autores utilizados entre 10% De Soto e 12% Maloney⁴ optem pela linha da Escola Legalista convém alertar que informalidade é diferente de empreendedorismo, e também não é voluntária, é uma ação forçada devido à falta de oportunidades formais que visem condições de sobrevivência aos praticantes, conforme Hart explicou quando empregou a palavra pela primeira vez (CHEN; ROEVER; SKINNER, 2016). Pois, como Chen (2012) alerta estas teorias causais são válidas somente para certos segmentos do emprego informal, e nenhuma teoria causal consegue explicar a totalidade do segmento da informalidade.

Em virtude dos fatos mencionados entende-se que, baseado no surgimento do termo informalidade a escola que mais aproxima-se da marginalidade, dentro das bordas da economia do setor informal, é resultante de uma consequência, gerada pela falta de oportunidades dentro da economia formal, podendo aproximar-se da Escola dualista como da Estruturalista, mas não em sua totalidade, devido esta seara ser muito ampla e apresentar somente partes de um contexto.

Curiosamente dentre os artigos analisados, muitos apresentavam a definição de setor informal pela OIT e, de acordo com Mesa *et al* (2017), a OIT em uma reunião realizada em 1993, definiu por meio de um ponto de vista operacional o setor informal em: a) unidade econômica de trabalhadores por conta própria, utilizando força de trabalho familiar, e b) unidade de pequeno tamanho relativo que usa trabalho assalariado, sendo que o limite de tamanho de uma unidade a ser considerada como parte do setor informal ficaria a critério de cada país. Já Dalberto e Cirino (2018), informam que em 2002 a OIT também afirmou ser uma característica fundamental do setor informal, não ser reconhecido ou protegido pelas instituições legais e reguladoras, ademais esse setor não

³ Ver figura 5.

⁴ Ver figura 5.

possui proteção social e legal, sendo incapaz de cumprir contratos, ou de se organizar para alcançar capacidade representativa e limitada de maneira a aproveitar infraestrutura e ou benefícios públicos. Centraram-se, antes, no entendimento da estrutura do setor informal e nas atribuições disponibilizadas por esse setor aos participantes.

Mas, foram os conhecimentos desenvolvidos por Cota-Yañez e Navarro-Alvarado (2015), baseados em Portes, citado em 9,5% dos artigos analisados⁵, que possibilitou a conclusão de entendimento do setor informal que passa a ser considerado uma modalidade urbana, pois, diferencia-se por ter facilidade de entrada, em relação a habilidades, capital e organização; natureza empreendedora familiar, operação de pequena escala, uso de métodos de produção intensivo de mão-de-obra e tecnologia rudimentar, introduzida em mercados não regulamentados e ou competitivos. Acerca do tema Loría; Aupart e Salas (2016) informam que em 2011 a OIT definiu a economia informal como um conjunto de atividades econômicas desenvolvidas por trabalhadores e unidades econômicas, cujas práticas e a legislação, não são suficientemente cobertas por sistemas formais ou não são de um todo. E Vera (2015) finaliza informando que os critérios da OIT-Prealc para identificar essas categorias e setores ocupacionais são: setor privado formal, setor informal – entendido como setor menos moderno da economia – e o setor público, por sua vez, diferenciando trabalho assalariado e o trabalho autônomo em cada setor.

O debate em torno do setor informal agitou os meios intelectuais, com destaque para Poy (2017) que utilizando, Tokman autor citado em 10% dos artigos analisados, afirma ser o setor informal ou o microempresário uma resposta a captação insuficiente da força de trabalho pelos estratos altamente produtivos e ou dinâmicos, o que facilita a absorção dessas pessoas no trabalho autônomo, trabalho familiar de pequenas empresas de baixa produtividade que operam em mercados de “entrada fácil”. Quase que simultaneamente os escritos de Huerta (2018) baseado em Tokman, Castell e Chen (10%; 6,2%; 3,8% respectivamente, de acordo com a figura 5) que descreve a constituição do setor informal ser de empresas que não possuem registro ou licença perante uma agência governamental, e onde é possível encontrar dois tipos de trabalhadores: assalariados e proprietários de microempresas, também chamados de empregadores e trabalhadores por conta própria, condição que amplia a compreensão deste setor.

⁵ Ver figura 5.

Sobre essa questão Ferreira (2016), baseada na OIT diz que o setor informal é composto por empresas privadas não registradas, que normalmente atuam em pequena escala e com acordos de trabalho não formais, porém a maior implicação está relacionada a definição da economia informal que encontra-se no contexto de que o emprego informal pode existir nos dois setores, formal e ou informal. Neste contexto, Williams (2014), autor citado em 3,45% dos artigos analisados⁶, e baseado na OIT, expôs os 3 diferentes tipos de atividades que compõem a economia informal: a) emprego informal em empresa do setor informal, b) emprego formal em empresas informais e c) emprego informal em empresas formais.

Com efeito, sobre o termo “informalidade”, de acordo com Chen; Roeber e Skinner (2016) é comumente usado para descrever uma variedade de comportamentos e práticas que não são regulados ou controlados pelo Estado ou formalmente por instituições, incluindo aquelas relacionadas à geração de renda, prestação de serviços e assentamentos. No bojo do mesmo movimento intelectual, as análises de Ordóñez-Castaño; Sanabria-Domínguez (2014) baseados em Portes autor citado por 9,5% dos artigos analisados⁷, destacam que pode ser considerada como informalidade qualquer atividade que é realizada fora dos padrões estabelecidos pela sociedade e por suas leis dentro de empresas, porém, concomitantemente, tem capacidade de produzir renda, para as pessoas que realizam essa atividade, satisfazendo as necessidades básicas, empreendendo dinamismo ao meio ambiente econômico.

Estas, via de regra, se equacionavam com as falas de Antunes (2014), que expressa ser considerados trabalhadores informais tradicionais, os trabalhadores “ocasionais” ou “temporários”, pois realizam atividades informais quando desempregados, todavia pretendem retornar a serem trabalhadores formais com carteira assinada assim que possível. Para o autor os trabalhadores informais assalariados sem registro, estão à margem da legislação trabalhista, pois perderam o estatuto de contrato, passando a ter condições de assalariados sem carteira de trabalho, estando excluídos dos acordos e resoluções da categoria à qual pertencem.

Antunes (2014) explica que os trabalhadores por conta-própria informais, podem ser definidos como uma variante de produtores simples de mercadorias, contando somente com a própria força de trabalho e ou de familiares, podendo inclusive subcontratar força de trabalho assalariada sem contrato. De acordo com o autor a

⁶ Ver figura 5.

⁷ Ver figura 5.

informalidade é sinônimo direto de precariedade e sua vigência expressa formas de trabalho desprovido de direitos, sendo claramente uma precarização do trabalhador. Para Williams (2014) na verdade a economia informal seria a resposta espontânea e criativa das pessoas frente a incapacidade do Estado de satisfazer as necessidades básicas da população empobrecida e desempregada. Desta forma enquanto emprego/trabalho, Delfini (2016) baseado na 17ª Conferência Internacional de Estatísticos do Trabalho da OIT que ocorreu em 2003, esclarece que o emprego informal deve ser considerado como uma maneira de nomear trabalhos precários.

Em outras palavras, na visão de Ferreira (2016) faz-se necessário ser compreendida como noção de trabalho precário, pois quando utilizada como uma lente, passa a identificar as ambiguidades entre a perspectiva e a qualidade do trabalho realizado pelo trabalhador. Para a autora as quatro Escolas do pensamento, sobre a causa da informalidade, apesar de conhecidas não melhoram a compreensão dos fenômenos que tentam justificar. Desta forma, a noção de “trabalho precário” confronta diretamente as inseguranças relacionadas ao tipo de trabalho que está sendo desenvolvido, a precariedade retrata os vários tipos de insegurança que são ignoradas sob a noção de informalidade, tendo em vista que a mesma não reflete a totalidade da precariedade a que estão submetidos os trabalhadores informais.

A crítica a simplesmente trocar um termo por outro é dada por Han (2018), que assinala a importância, de verificar, as diversas formas de políticas que já estão diante de nós, e desta forma prestar atenção ou sintonizar com as texturas da vulnerabilidade. Em seus estudos descreve dois pontos para a precariedade, uma ligada as transformações do trabalho e do estado de bem-estar social, e outro pelo fato da precariedade ser entendida como uma condição ontológica comum de exposição e interdependência que na verdade é independente. Por meio desta análise da precariedade é possível sinalizar a transformações pelas quais a vida e o trabalho transformaram-se na era da globalização. Com a retiradas do bem-estar das populações por meio de medidas de austeridade por parte dos Estados, que tornaram o trabalho instável e casual (HAN, 2018).

Entende-se que os trabalhadores são estatisticamente identificados com base em seu status de emprego e caráter formal/informal dos estabelecimentos de seus empregadores, contudo, atualmente o que presenciamos vem a ser a flexibilização das leis trabalhistas em todo o globo, como também a regularização da informalidade por meio de flexibilização das leis do comércio, e para Saitta (2017) é necessário esclarecer que as flexibilizações nas leis trabalhistas, assim como podem facilmente transformar

informalidade em exploração, são uma linha tênue de transformações das Leis trabalhistas em todo o globo, de modo a regularizar a informalidade, transformando esses novos arranjos em uma adaptação ligada ao novo desenho da sociedade que não consegue a tempo, dar uma resposta crítica a estas demandas.

5 CONCLUSÕES, LIMITAÇÕES E RECOMENDAÇÕES

O desafio enfrentado pelos pesquisadores com o tema da pesquisa pode ter penalizado o método e os resultados obtidos, principalmente na definição dos termos de busca, e seleção das bases de dados e periódicos a serem consultados, pois muitas vezes o pesquisador pode confundir-se entre a valorização do método e do objetivo da pesquisa, negligenciando a etapa de conclusão.

O termo informalidade surgiu num contexto que buscava esgarçar o entendimento sobre os recursos criados e utilizados pelos desempregados para sobreviver dentro de economias que tinham baixo crescimento e pouca oferta de empregos, contudo, ao passar do tempo e com as transformações do mundo globalizado expandiu fenômenos e ações que flexibilizaram as conquistas trabalhistas, como também o próprio significado do trabalho. Dentro dessa nova realidade o termo setor informal e ou informalidade já não conseguia descrever sua própria existência. Uma única teoria causal da informalidade não consegue explicar em sua totalidade a origem da informalidade em determinados contextos, e numa tentativa de entendimento, alguns pesquisadores deram a ênfase do fenômeno da informalidade associando-o a precarização do trabalhador ou do trabalho, que transcorre a ser mais sofrido para quem depende dessa diretriz.

Em síntese a realização dessa pesquisa limitou-se a uma pesquisa bibliográfica. Vista disso recomenda-se que sejam feitas mais pesquisas deste tipo, a fim de verificar e comparar as futuras alterações dessas conclusões. Pois considera-se que todo e qualquer estudo sobre a precarização do trabalho visa estimular a melhoria das produções científicas.

REFERÊNCIAS

- AGUADO-LÓPEZ, E.; ROGEL-SALAZAR, R.; BECERRIL-GARCÍA, A. Limites e potencialidades da avaliação científica: crítica epistemológica à cobertura de base de dados e à construção de indicadores. In Ferreira, S.M.S.P.; Targino, M.G. org. *Acessibilidade e visibilidade de revistas científicas eletrônicas*. São Paulo: SENAC, p. 175-212, 2010.
- ANTUNES, R. A nova morfologia do trabalho e as formas diferenciadas da reestruturação produtiva no Brasil dos anos 1990. *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XXVII, pág. 11-25, 2014.
- AVENA, M. J.; BARBOSA, D. A. Indicadores bibliométricos das Revistas de Enfermagem sob a ótica das bases indexadoras. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, v. 51, p. e03262, 2017.
- BENANAV, A. The origins of informality: the ILO at the limit of the concept of unemployment. *Journal of Global History*, 14: 1, 107–125, 2019.
- CAPES. Classificação de produção intelectual. 2020. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/avaliacao/instrumentos-de-apoio/classificacao-da-producao-intelectual>> Acesso em 07/05/2020.
- CHEN, M. A Economia Informal: Definições, Teorias e Políticas. Documento de trabalho WIEGO n° 1, Cambridge, MA, páginas 4-6, 2012.
- CHEN, M.; ROEVER, S.; SKINNER, C. Editorial: Urban livelihoods: theory and policy of reformulation. *SAGE JOURNALS - International Institute for Environment and Development (IIED)*. *Environment & Urbanization* : 331, Vol 28(2): 331–342, 2016.
- COTA-YAÑEZ, R.; NAVARRO-ALVARADO, A. Análisis del mercado laboral y el empleo informal mexicano. *Revista Papeles de Población*, No. 85, CIEAP/UAEM; julio/septiembre, 2015.
- DALBERTO, C. R.; CIRINO, J. F. Informalidade e segmentação no mercado de trabalho brasileiro: evidências quantílicas sob alocação endógena. *Revista Nova Economia*, v.28, n.2, 2018.
- DELFINI, M. DETERMINANTES DE LA PRECARIZACIÓN LABORAL EN ARGENTINA ENTRE 2003-2013: ENTRE LOS CAMBIOS Y LAS CONTINUIDADES. *Revista investigación & desarrollo*, vol. 24, n° 1, 2016.
- FERREIRA, M. Informal versus precarious work in Colombia: Concept and operationalization. *Sage Journales*; Volume: 16 edição: 2, página (s): 140-158, 2016.
- GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- GOOGLESCHOLAR. Disponível em: <<https://scholar.google.com.br/?hl=pt>> Acessado em 05/05/2020.

HAN, C. Precarity, Precariousness, and Vulnerability. *Annu. Rev. Anthropol.* 47:331–43, 2018.

HUERTA, R. R. Heterogeneidad en las microempresas informales mexicanas: evidencia empírica y algunas implicaciones de política. *Revista Perfiles Latinoamericanos*, 26(51), pp. 63-87, 2018.

LEITE, M. P. F. R. Avaliando a qualidade de revistas científicas para a publicação de resultados de pesquisa e estudos. *REME. Revista Mineira de Enfermagem*, v. 13, p. 317-319, 2009.

LORÍA, E.; AUPART, M.; SALAS, E. Informalidad, productividad y crecimiento en México. *Ensayos Revista de Economía–Volumen XXXV*, núm.2, noviembre, pp. 151-174, 2016.

LOUREIRO, S. A.; NOLETTO, A. P. R.; SANTOS, L. da S.; SANTOS JUNIOR, J. B. S.; LIMA JUNIOR, O. F. O uso do método de revisão sistemática da literatura na pesquisa em logística, transportes e cadeia de suprimentos. *Transportes (Rio de Janeiro)*, v. 24, p. 95-106, 2016.

MESA, G. A. V.; REYES, J. C. R.; NARANJO, S. S.; JIMÉNEZ, J. T. C. Una estrategia de autosostenibilidad de bajo costo para pasar de la economía informal a la economía formal. El caso de la Comuna 10 de Cali, Colombia. *Revista Científica General José María Córdova, Bogotá, Colombia, enero-junio, Educación - Vol. 15, Núm. 19*, pp. 201-214, 2017.

MIRANDA, A. C. C.; CARVALHO, M. M. Desenvolvimento de coleções de fontes de informação eletrônicas em bibliotecas universitárias. *Biblionline (João Pessoa)*, v. 10, p. 15-28, 2014.

ORDÓÑEZ-CASTAÑO, I. A.; SANABRIA-DOMÍNGUEZ, J. A. Retornos de la educación para los trabajadores formales e informales en Cali: una aproximación con regresiones cuantílicas y splines lineales. *Revista Entramado*, Vol. 10, N°.2, (Julio - Diciembre) 2014.

POY, S. Heterogeneidad de la estructura ocupacional y segmentación del mercado de trabajo. *Gran Buenos Aires, 1974-2014. Revista Trabajo y Sociedad*, Núm. 29, 2017.

REDALYC.ORG. SISTEMA DE INFORMACIÓN CIENTÍFICA REDALYC – RED DE REVISTAS CIENTÍFICAS. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/revista.oa?id=298>> Acessado em 05/05/2020.

SAITTA, P. Practices of subjectivity: economies informal and subordinate rebellion. *Revista Internacional de Sociologia e Política Social*; 2017

SANTA ANNA, J. Avaliação e Qualificação de Periódicos Científicos: Uma Análise do Qualis/Capes nos Principais Periódicos Científicos de Ciência da Informação no Brasil. In: *Seminário em Ciência da Informação*, 2017, Londrina. *Anais do VII Seminário em Ciência da Informação - SECIN*. Londrina: Universidade Estadual de Londrina - UEL, v. 1. p. 1-27, 2017.

SAYÃO, L. F. Repositórios digitais confiáveis para preservação de periódicos eletrônicos científicos. *Ponto de Acesso (UFBA)*, v. 4, p. 45-67, 2010.

SCIELO. A Scientific Electronic Library Online - SciELO é uma biblioteca eletrônica que abrange uma coleção selecionada de periódicos científicos brasileiros. 2020. Disponível em: < <http://www.scielo.br/?lng=pt>> Acessado em 06/05/2020.

SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico. 23 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, C. N. N. da; MUELLER, S. P. M. Avaliação dos periódicos brasileiros: os critérios do Qualis-Periódicos à luz de Merton e Bourdieu. In: XVI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (XVI ENANCIB), 2015, João Pessoa/PB. Anais do XVI Enancib. João Pessoa/PB: UFPB, p. 1-14, 2015.

VERA, J. Movilidad ocupacional en la Argentina en un contexto de heterogeneidad estructural. *Cuadernos Del Cendes*, Caracas-Venezuela, Año 32., n° 90, sept./dici. 2015.

WILLIAMS, C. C. Tackling employment in the informal economy: A critical evaluation of the neoliberal policy approach. *Journals Democracia Econômica e Industrial*, 2014.

WILLIAMS, C. C.; YOUSSEF, Y. Theorising Entrepreneurship in the Informal Sector in Urban Brazil: A Product of Exit or Exclusion? *The Journal of Entrepreneurship*, 2015.

YAMAMOTO, O. H.; MENANDRO, P. R. M.; KOLLER, S. H.; LOBIANCO, A. C.; HUTZ, C. S.; BUENO, J. L. de O.; GUEDES, M. do C. (2002). Avaliação de periódicos científicos brasileiros da área da Psicologia. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 31, n. 2, p. 163-177, maio/ago. 2002.